

Lei n.º 204 +

Artigo 1º. Fica o Prefeito Municipal autorizado a contrair, para a Municipalidade de Bracelândia, um empréstimo interno até a quantia de 4.500.000\$000 (quatro mil e quinhentos contos de reis), tipo-minimum de emissão 93%, juros anuais de 9%, prazo 30 anos, amortizações anuais.

Artigo 2º. O producto desse empréstimo será aplicado no resgate e consolidação de todas as dívidas da Municipalidade e na construção das obras para a reunião de laços dos serviços de higiene municipal e outros melhoramentos necessários.

Artigo 3º. Em garantia do empréstimo a Municipalidade apresentará todas as rendas constantes da lei orçamentária para o exercício corrente, com exceção da Fazenda sobre calcamento.

Artigo 4º. A Câmara emitirá 4.500 apólices ao portador, no valor de 1.000\$000, num conto de reis) cada uma, com os coupons de juros anexos. Os coupons vencidos serão recebidos na Tesouraria da Câmara em pagamento de impostos.

Artigo 5º. - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sesões em 26 de Março de 1929.

(aa) Dr. Coriolano Ferraz do Amaral, Dr. José Rodrigues de Almeida Virgílio da Silva Fagundes, Manuel Dias de Almeida, João Alfredo Corrêa, André de Moraes Lamyfai. Eu, José de Oliveira Moraes, secretário da Câmara, fiz o presente.

presente registo e assinno.

José de Aguiar Alves.

Resolução 420

Artigo 1º Fica o sr. Prefeito Municipal autorizado a adquirir para os serviços da Municipalidade, dois auto-caminhões e a vender os que não mais se ^{prestan} prestarem para os serviços.

Artigo 2º - Para occorrer às despesas da presente resolução fica autorizada a necessaria operação de crédito até 15.000⁰⁰⁰. (quinze contos de reis).

Artigo 3º Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das sessões da Câmara Municipal em 20 de Maio de 1929.
(a.a) Dr. Georilano Feraz do Amaral, Dr. José Rodrigues de Almeida
Virgílio da Silva Fagundes, Manoel Dias de Almeida, Eduardo
da Costa Lampião, João Alfredo Correia, André de Alves
Lampião, José Barbosa Feraz. Eu, José de Aguiar
Alves, secretario da Câmara, fiz o presente registo
e assinuo.

José de Aguiar Alves.
Promulgada em 27 de Maio de 1929.